

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Associação das Pioneiras Sociais - APS (“Entidade” ou “Associação”), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada pela Lei nº 8.246/91 e instituída pelo Decreto nº 371/91, é administradora da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, constituída pelas Unidades Hospitalares localizadas em Brasília, Salvador, Belo Horizonte, São Luís, Fortaleza, Rio de Janeiro, Macapá e Belém e pelo Centro de Tecnologia da Rede Sarah (CTRS), localizado em Salvador.

O objetivo da Entidade é prestar assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população e desenvolver atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde. O Contrato de Gestão assinado em 27 de dezembro de 1991 entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde, e a Associação das Pioneiras Sociais - APS, com interveniência dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão teve como propósito contribuir ou reforçar o atingimento de objetivos de políticas públicas, com vistas a alcançar uma superior qualidade de serviço prestado ao cidadão. O Contrato de Gestão é um instrumento de implementação, supervisão e avaliação de políticas públicas, de forma centralizada, racionalizada e autonomizada, na medida em que vincula recursos aos resultados alcançados com a execução do contrato.

Os recursos para a consecução dos objetivos da Associação são repassados pela União através de dotação aprovada anualmente, conforme está previsto no Contrato de Gestão firmado entre as partes. Em 18 de dezembro de 2015, foi assinado o Contrato de Gestão, com a vigência do contrato pelo prazo de cinco anos, a contar de 1º de janeiro de 2016, podendo ser renovado após avaliação das demonstrações que comprovem a consecução dos objetivos e das metas estabelecidos.

As informações mais detalhadas das atividades realizadas, bem como do cumprimento das metas previstas em 2016 pela Associação, constam do Relatório de Atividades encaminhado ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria Geral da União e aos Ministérios da Saúde, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 31 de janeiro de 2017, em cumprimento ao disposto no inciso XII, do art. 3º, da Lei nº 8.246, de 22 de outubro de 1991. As demonstrações contábeis e as notas explicativas farão parte do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2016, nos termos da Decisão Normativa TCU nº 156, de 30 de novembro de 2016.

A Entidade é imune à tributação sobre patrimônio, renda e serviços, em decorrência de sua personalidade jurídica ser de direito privado sem fins lucrativos, de interesse social e de utilidade pública nas áreas de saúde e educação.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o ITG 2002 (R1), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi deliberada pela Diretoria da Entidade, em 7 de março de 2017, e a sua aprovação será realizada pelo Conselho de Administração no dia 18 de abril de 2017.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado e amortizações sobre ativos intangíveis (para mais detalhes, vide Nota Explicativa nº 3.f), provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota Explicativa nº 11) e premissas atuariais para benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 15). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou da sua liquidação.

3 Principais práticas contábeis adotadas

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

a. Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4) e as aplicações financeiras temporárias (Nota Explicativa nº 4).

b. Créditos orçamentários a receber

Referem-se aos valores a receber da União, por meio de dotação orçamentária anual. Eventuais créditos orçamentários cancelados são revertidos contra o resultado, no momento da ocorrência e da divulgação governamental.

c. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio das datas de cada transação. As variações da taxa de câmbio dos itens financeiros são reconhecidas no resultado, de acordo com a competência.

d. Estoques

São avaliados com base no custo histórico que não é superior aos preços de mercado, e são utilizados, integralmente, no processo de produção de aparelhos hospitalares ou na prestação dos serviços da Entidade. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderável móvel. O custo dos produtos em elaboração e dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção.

e. Demais ativos circulantes

Demonstrados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f. Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou de construção, deduzidos da respectiva depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, em função do tempo de vida útil estimado dos bens. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Apresentam-se, a seguir, os prazos das vidas úteis estimadas das principais classes do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativo:

	A partir de 2010
Edificações de uso hospitalar e geral	60 a 68 anos
Edificações do CTRS e dos Galpões	40 a 48 anos
Equipamentos de informática - Impressoras	4 anos
Equipamentos de informática - Servidores, <i>switches</i> e roteadores	7 anos
Demais equipamentos de informática	5 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos

A Entidade realiza, anualmente, revisões do prazo de vida útil econômica do valor residual dos seus bens, com base em avaliações técnicas de engenheiros e profissionais especialistas nas áreas. Não houve alteração na estimativa da vida útil dos bens em 2016.

g. Intangível

Compreende licenças de programas de computador (*softwares*), que são capitalizadas pelo custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, que é de cinco anos; e marcas, direitos e patentes com a vida útil estimada em 15 anos.

h. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

Os ativos imobilizados e intangíveis não apresentam seu valor recuperado testado, uma vez que os ativos da APS, em uso e sujeitos à deterioração, não estão atrelados à geração de caixa, pois a Associação é uma Entidade sem fins lucrativos, cuja única fonte operacional de receita é derivada de dotação orçamentária anual da União e não por meio de geração de caixa desse conjunto de bens. Não obstante, também não há indicativo de que os valores contábeis registrados estejam acima dos respectivos valores de mercado.

i. Passivos circulantes e não circulantes

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

No caso das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, são embasados na estimativa de valor e na probabilidade de perda, de acordo com as informações fornecidas pelos consultores jurídicos da Entidade.

j. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita corresponde à dotação aprovada anualmente no Orçamento Geral da União, deduzido dos eventuais cancelamentos orçamentários autorizados por Decreto.

k. Benefícios pós-emprego

Conforme mencionado no art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 8.246/91, a Associação das Pioneiras Sociais - APS mantém plano de suplementação de aposentadoria e pensão a seus empregados. O plano possui características de contribuição variável, exceto pelo risco vinculado à projeção de contribuições, em caso de invalidez ou morte.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário externo, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação reconhecidos no resultado durante o período laborioso dos empregados.

Ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, quando aplicável, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

I. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB/CPC

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:

I.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente sem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis

No exercício corrente, a Entidade aplicou diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2016. Tais alterações e melhorias anuais não tiveram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

I.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

O *International Accounting Standards Board* – IASB publicou ou alterou os seguintes principais pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

- Aplicável em ou a partir de 01 de janeiro de 2018:

IFRS 15/CPC 47 – Reconhecimento de Receita (novo pronunciamento) – especifica como e quando será feito o reconhecimento das receitas provenientes de contratos com clientes assim como requer que a entidade forneça aos usuários das demonstrações contábeis informações mais informativas e relevantes.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – tem como objetivo substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e estabelecer princípios para divulgação de ativos e passivos financeiros, bem como adicionar novo modelo de *impairment* e alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” para alguns instrumentos de dívida simples.

- Aplicável em ou a partir de 01 de janeiro de 2019:

IFRS 16 – Leasing (novo pronunciamento) – tem como objetivo introduzir exigências de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos. O pronunciamento fornece um modelo único de contabilização dos arrendamentos, requerendo que o arrendatário reconheça os ativos e passivos para todos os contratos de arrendamentos, a menos que o prazo do contrato seja inferior a 12 meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha baixo valor. Para os arrendadores não há alterações substanciais, devendo continuar classificando os contratos de leasing como operacionais ou financeiros, conforme definido no IAS 17. Para esta norma, o CPC ainda não emitiu o pronunciamento correspondente.

A Entidade estima que os novos pronunciamentos acima não irão trazer impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras temporárias

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Caixa	Aplicações financeiras	Caixa	Aplicações financeiras
Caixa e bancos	24		51	
CDB (a)	105.277	171.507	88.331	114.318
Operações compromissadas lastreadas em debêntures (b)		309.487	63.801	207.009
Fundo de curto prazo	29		136	
Total	105.330	480.994	152.319	321.327

- (a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio foi de 101,88% do CDI (102,08% em 31 de dezembro de 2015).
- (b) Operações compromissadas, cujo rendimento médio foi de 101,75% do CDI (101,75% em 31 de dezembro de 2015).

Os recursos estão aplicados em instrumentos financeiros com compromisso de liquidez diária nas instituições financeiras Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, com o objetivo de manter o seu poder de compra até a sua utilização, na consecução das atividades operacionais da Entidade.

Os recursos estão aplicados, substancialmente, em certificados de depósitos bancários pós-fixados e operações compromissadas, com liquidez diária e rentabilidade de 100,0% a 102,8% do CDI, em instituições financeiras públicas federais, com o objetivo de manter o seu poder de compra até a sua utilização, basicamente para atender à liquidação de obrigações decorrentes de sentenças judiciais, obrigações do passivo circulante, renovação dos equipamentos médico-hospitalares, bem como reformas e atualizações estruturais das edificações das Unidades Hospitalares e para a manutenção de funcionamento da Rede, considerando uma margem de segurança para possíveis atrasos nos repasses dos duodécimos.

Todas as aplicações financeiras temporárias estão classificadas na categoria empréstimos e recebíveis e os valores contábeis são relevantemente próximos aos de mercado, conforme a seguir:

Descrição	Valor contábil	Faixas de vencimento
CDBs(*)	171.507	De julho de 2017 a fevereiro de 2020
Operações compromissadas(*)	309.487	De setembro de 2018 a julho de 2021
Total	480.994	

(*) Compromisso de liquidez diária pelas instituições financeiras.

Não há ocorrências de redução ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações contábeis da Entidade.

5 Créditos orçamentários a receber

Em 31 de dezembro, estão representados por recursos provenientes do Orçamento Geral da União do exercício de 2016 empenhados e não repassados no valor de R\$ 27.161; e, em 3 de janeiro de 2017, ocorreu o repasse no valor de R\$ 6.902.

O saldo remanescente de 31 de dezembro de 2015 foi integralmente realizado em 2016, exceto o saldo de R\$ 100 referente ao exercício de 2012, e que se encontra integralmente provisionado.

6 Estoques

Estoques	31/12/2016	31/12/2015
Material de consumo	13.860	13.929
Produtos em elaboração	981	531
Produtos acabados	-	8
Outros	212	180
(-) Provisão para perda em estoque	(1.654)	(1.654)
Total	13.399	12.994

O estoque de material de consumo representa, relevantemente, os produtos hospitalares que são utilizados na prestação dos serviços médicos. A Administração efetua, periodicamente, o inventário físico dos estoques.

7 Ativo realizável a longo prazo

7.1 Ativos atuariais de benefícios pós-emprego

	31/12/2016	31/12/2015
Plano Previdência SARAHPREV (a)	<u>65.336</u>	<u>60.302</u>

Na avaliação atuarial, detalhada na Nota Explicativa nº 15 - Benefícios pós-emprego, foi apurado o montante de R\$ 65.336 de Ativo de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2016, em virtude da reversão do Fundo Previdencial do plano para cobertura das contribuições futuras dos benefícios de risco conforme aprovado, em 3 de dezembro de 2014, no plano de custeio do plano pela SARAHPREV, sendo efetivamente revertido à APS (patrocinadora), a título de redução das contribuições futuras de risco. O referido limite foi apurado considerando o valor presente das contribuições de risco de 1,44% sobre a Folha de Salário Futura dos atuais Empregados da APS vinculados ao Plano SARAHPREV.

Em atendimento ao Pronunciamento CPC 33_R1, amparado no item 57 e na alínea c do item 65 da CPC 33_R1, a patrocinadora contabilizou o valor de R\$ 65.336 como ativo atuarial em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 60.302 em 31 de dezembro de 2015).

As movimentações do ativo atuarial para os exercícios de 2016 e 2015 foram as seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo anterior	60.302	62.262
Adições	5.034	5.385
Baixas	-	(7.345)
Saldo final	65.336	60.302

7.2 Depósitos judiciais (a)

	31/12/2016		31/12/2015	
<i>Descrição</i>	Depósito judicial	Provisão	Líquido	Líquido
Comerciais				
<i>COPASA (b)</i>	1.432	(711)	721	666
	1.432	(711)	721	666
Fiscais				
<i>ICMS s/ Importações (c)</i>	12.883	-	12.883	10.460
<i>IPI s/ Importações (d)</i>	445	-	445	390
	13.328	-	13.328	10.850
Total	14.760	(711)	14.049	11.516

- a. Representam ativos restritos da entidade que estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios, bem como as respectivas provisões e os valores líquidos. Os depósitos judiciais decorrentes das contingências acima descritas são atualizados pela variação mensal da Taxa Referencial (TR), acrescidos de juros de 6% ao ano.
- b. O crédito refere-se à parte de depósito judicial efetuado pela Entidade a favor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), cuja decisão transitada em julgado foi favorável parcialmente à APS, restando o levantamento de quantias depositadas em juízo.
- c. A Entidade pleiteia perante o Governo do Distrito Federal o reconhecimento judicial de sua imunidade do ICMS nas importações que realiza. Estão sendo depositados em juízo, desde 2005, os valores de ICMS relativos às importações realizadas sem a isenção. Não foi constituída a provisão em face de ser remota a possibilidade de perda.
- d. IPI incidente sobre importações de produtos médico-hospitalares sem similar nacional, em discussão com a Receita Federal do Brasil, e a perícia desenvolvida no processo foi inteiramente favorável à Associação.

As movimentações dos depósitos judiciais e das despesas antecipadas apresentadas no Ativo Realizável a Longo Prazo nos exercícios de 2016 e 2015 foram as seguintes:

Associação das Pioneiras Sociais - APS
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo anterior	<u>11.737</u>	<u>8.265</u>
Adições	1.616	2.788
Baixas	(196)	(67)
Atualizações	1.054	748
Constituições/reversões	<u>25</u>	<u>3</u>
Saldo final	<u>14.236</u>	<u>11.737</u>

8 Imobilizado e intangível

Movimentação de 2016

Imobilizado depreciable	Saldo 31/12/2015	Adições	Alienações/ baixas	Transferências	Saldo 31/12/2016
Edificações	554.466	-	-	656	555.122
Máquinas e equipamentos	227.907	26.638	(21.789)	502	233.258
Equipamentos de informática	40.202	5.161	(1.636)	(585)	43.142
Instalações	33.388	2.450	(249)	56	35.645
Móveis, utensílios e instrumentos	32.700	2.063	(678)	(40)	34.045
Veículos	6.622	1	(522)	-	6.101
Embarcações	689	25	-	-	714
Total do custo	895.974	36.338	(24.874)	589	908.027
(-) Edificações	(181.628)	(7.481)	-	-	(189.109)
(-) Máquinas e equipamentos	(156.295)	(14.952)	20.273	4	(150.970)
(-) Equipamentos de informática	(27.305)	(4.117)	1.635	107	(29.680)
(-) Instalações	(21.733)	(2.166)	237	(4)	(23.666)
(-) Móveis, utensílios e instrumentos	(20.719)	(2.184)	616	-	(22.287)
(-) Veículos	(5.201)	(613)	514	-	(5.300)
(-) Embarcações	(614)	(16)	-	-	(630)
Total da depreciação acumulada	(413.495)	(31.529)	23.275	107	(421.642)
Total do imobilizado depreciable	482.479	4.809	(1.599)	696	486.385
Imobilizado não depreciable					
Edificações em andamento	412	4.537	-	(656)	4.293
Terrenos	1.066	-	-	-	1.066
Outros	1.424	727	-	(517)	1.634
Total do imobilizado não depreciable	2.902	5.264	-	(1.173)	6.993
Total do imobilizado	485.381	10.073	(1.599)	(477)	493.378
Intangível	Saldo 31/12/2015	Adições	Alienações/ baixas	Transferências	Saldo 31/12/2016
Marcas, direitos e patentes	20	-	-	-	20
Softwares	9.964	547	(323)	584	10.772
Total do custo	9.984	547	(323)	584	10.792
(-) Marcas, direitos e patentes	(10)	(1)	-	-	(11)
(-) Softwares	(7.694)	(919)	223	(107)	(8.497)
Total da amortização acumulada	(7.704)	(920)	223	(107)	(8.508)
Total do intangível	2.280	(373)	(100)	477	2.284

a. Adições

As adições, em 2016, no valor total de R\$ 42.149 compõem-se de R\$ 4.537 relativos aos gastos incorridos com obras nas Unidades Hospitalares e R\$ 37.612 destinados, significativamente, à

atualização tecnológica e à reposição de instalações, equipamentos, instrumentos, *softwares* e sistemas médico-hospitalares.

Movimentação de 2015

Imobilizado depreciable	Saldo 31/12/2014	Adições	Alienações/ baixas	Transferências	Saldo 31/12/2015
Edificações	559.138	-	(13.415)	8.743	554.466
Máquinas e equipamentos	221.412	10.878	(4.636)	253	227.907
Equipamentos de informática	36.238	5.923	(1.983)	24	40.202
Instalações	32.456	1.988	(1.244)	188	33.388
Móveis, utensílios e instrumentos	30.904	2.251	(271)	(184)	32.700
Veículos	7.300	489	(1.167)	-	6.622
Embarcações	689	-	-	-	689
Total do custo	888.137	21.529	(22.716)	9.024	895.974
(-) Edificações	(179.044)	(7.407)	4.823	-	(181.628)
(-) Máquinas e equipamentos	(145.970)	(14.840)	4.514	1	(156.295)
(-) Equipamentos de informática	(25.500)	(3.784)	1.978	1	(27.305)
(-) Instalações	(20.885)	(1.984)	1.232	(96)	(21.733)
(-) Móveis, utensílios e instrumentos	(19.023)	(2.045)	255	94	(20.719)
(-) Veículos	(5.692)	(673)	1.164	-	(5.201)
(-) Embarcações	(596)	(18)	-	-	(614)
Total da depreciação acumulada	(396.710)	(30.751)	13.966	-	(413.495)
Total do imobilizado depreciable	491.427	(9.222)	(8.750)	9.024	482.479
Imobilizado não depreciable					
Edificações em andamento	1.145	8.010	-	(8.743)	412
Terrenos	1.066	-	-	-	1.066
Outros	1.167	538	-	(281)	1.424
Total do imobilizado não depreciable	3.378	8.548	-	(9.024)	2.902
Total do imobilizado	494.805	(674)	(8.750)	-	485.381
	Saldo 31/12/2014	Adições	Alienações/ Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2015
Intangível					15
Marcas, direitos e patentes	20	-	-	-	20
<i>Softwares</i>	8.978	1.116	(130)	-	9.964
Total do custo	8.998	1.116	(130)	-	9.984
(-) Marcas, direitos e patentes	(9)	(1)	-	-	(10)
(-) <i>Softwares</i>	(6.981)	(843)	130	-	(7.694)
Total da amortização acumulada	(6.990)	(844)	130	-	(7.704)
Total do intangível	2.008	272	-	-	2.280

a. Adições

As adições, em 2015, no valor total de R\$ 31.193 compõem-se de R\$ 8.010 relativos aos gastos incorridos com obras nas Unidades Hospitalares e R\$ 23.183 destinados, significativamente, à

atualização tecnológica e à reposição de instalações, equipamentos, instrumentos, *softwares* e sistemas médico-hospitalares.

b. Alienações/baixas

Das baixas de R\$ 8.750 ocorridas em 2015, o valor de R\$ 8.598 corresponde à devolução à Subsecretaria de Patrimônio Imobiliário do Estado do Rio de Janeiro do imóvel da Ilha da Pombeba com as respectivas benfeitorias, onde se localizava o Centro de Reabilitação, conforme Termo de Entrega e Recebimento do Imóvel, assinado em 12 de março de 2015. O resultado líquido das alienações monta a R\$ 7.841.

9 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de férias	65.431	63.250
Encargos s/ provisão de férias	5.881	5.686
Horas extras a compensar/pagar	6.376	9.273
Total	77.688	78.209

10 Obrigações tributárias

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Retido na Fonte	16.057	14.822
INSS Retido	2.140	1.682
FGTS	5.819	5.534
Outros	1.055	1.024
Total	25.071	23.062

11 Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

A Entidade é parte passiva em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e fiscais, cujos valores apresentados estão deduzidos dos depósitos judiciais vinculados. A Administração, com as informações de seus assessores jurídicos, efetua periodicamente a avaliação da probabilidade de perda dos processos. As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são constituídas com base nas estimativas de desembolsos dos processos judiciais com probabilidade provável, independentemente de terem sido julgados.

a. Classificação dos processos

A Administração da Entidade e com seus assessores jurídicos classificam, em conjunto, os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Valores em 31 de dezembro de 2016		Provisão registrada	
	Possível	Provável	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	21.953	22.939	22.939	21.149
Cíveis	14.153	73	73	93
Subtotal	36.106	23.012	23.012	21.242
Depósitos judiciais - Vinculados às provisões - Nota 11 b			(7.231)	(7.531)
Total das provisões líquidas			15.781	13.711
Circulante (1)			2.837	3.478
Não circulante			12.944	10.233

- (1) Representam os valores dos processos judiciais que estão em fase de execução, pois há grande probabilidade de serem pagos no exercício seguinte.

b. Passivos contingentes - Prováveis

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis pelos assessores jurídicos, a Entidade constituiu provisão com a seguinte movimentação no exercício de 2016:

	31/12/2015	Adições	Baixas	Atualizações	31/12/2016
Provisões					
Trabalhistas	21.149	7.766	(10.253)	4.277	22.939
Cíveis	93	71	(91)	-	73
Depósitos jud. vinculados	(7.531)	(5.516)	6.290	(474)	(7.231)
Total	13.711	2.321	(4.054)	3.803	15.781

As adições de provisões no quadro acima possuem as seguintes contrapartidas no resultado:

- (a) Trabalhistas - Despesas lançadas na rubrica “Despesas de Pessoal”, inclusive a reversão.
 (b) Cíveis - Despesas lançadas na rubrica “Outras despesas/receitas operacionais”;

Trabalhistas

Trata-se de ações judiciais cujas discussões envolvem reclamações de adicionais de periculosidade, insalubridade e de transferência; equiparação salarial; gratificações; horas extras; vínculo empregatício; e outros litígios. O valor da provisão em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 22.939 com depósitos judiciais vinculados de R\$ 7.156.

Cíveis

A Entidade é parte em ações judiciais de natureza indenizatória por danos morais e materiais.

12 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto por doações no valor de R\$ 719 (R\$ 719 em 31 de dezembro de 2015), por outros resultados abrangentes no valor de R\$ 55.757 (R\$ 54.917 em 31 de dezembro de 2015) e pelo superávit acumulado no valor de R\$ 1.027.248 (R\$ 883.672 em 31 de dezembro de 2015).

Outros resultados abrangentes referem-se aos ganhos e às perdas atuariais acumulados até a data das demonstrações contábeis dos benefícios de risco, conforme Nota Explicativa nº 15.

13 Desdobramento de itens relevantes da demonstração do resultado

a. Receita operacional

	2016	2015
Dotação inicial	1.002.876	1.052.313
Reversão de valores não empenhados	(6.586)	(155.431)
Crédito de valor remanescente	15.125	-
Total empenhado	1.011.415	896.882

b. Despesas de pessoal

	2016	2015
Remuneração	624.844	594.085
Benefícios	62.911	62.448
Encargos	56.990	53.848
Outros	31.682	16.886
Total	776.427	727.267

c. Despesas com materiais

	2016	2015
Materiais hospitalares	63.751	55.468
Materiais para manutenção/conservação	17.946	18.123
Outros materiais	5.550	5.996
Total	87.247	79.587

d. Despesas com serviços

	2016	2015
Tarifas públicas	23.597	22.795
Serviços especializados	6.012	5.332
Serviços de manutenção/conservação	22.487	18.234
Outros	3.059	2.403
Total	55.155	48.764

e. Resultado financeiro

	2016	2015
Rendimentos de aplicações financeiras	76.436	59.962
Variações cambiais/monetárias	1.330	670
Juros/multas	(2.284)	(1.629)
Descontos obtidos	<u>3</u>	<u>4</u>
Total	<u>75.485</u>	<u>59.007</u>

14 Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos de incêndio era composta por R\$ 913.980 e a cobertura de veículos era de 100% da tabela FIPE mais R\$ 50 por veículo e por evento para danos materiais e corporais causados a terceiros (RCF-V) e R\$ 30 por passageiro e por evento (M/IP) para Acidentes Pessoais de Passageiros (APP).

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos de incêndio era composta por R\$ 925.900 e a cobertura de veículos era de 100% da tabela FIPE mais R\$ 50 por veículo e por evento para danos materiais e corporais causados a terceiros (RCF-V) e R\$ 30 por passageiro e por evento (M/IP) para Acidentes Pessoais de Passageiros (APP).

15 Benefícios pós-emprego

a. Descrição das características do plano

Conforme previsto no art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 8.246/91, a Associação das Pioneiras Sociais - APS mantém plano de suplementação de aposentadoria e pensão a seus empregados. A partir de 1º de dezembro de 2014, a contribuição mensal da patrocinadora reduziu de 7,5% para até o limite de 6% da folha de pagamentos, no mesmo percentual da contribuição do empregado participante, limitado a 6%, cujo mínimo é de 3% sobre o salário.

O plano de aposentadoria é na modalidade de contribuição variável, voltado aos seus participantes, empregados e respectivos dependentes, por meio de concessão e manutenção dos seguintes benefícios: a) suplementações de aposentadorias de seus participantes (benefício programado); b) suplementações de auxílio-doença de seus participantes (benefício de risco); c) suplementações de pensões deferidas a beneficiários de participantes falecidos (benefício de risco). As contribuições da patrocinadora e dos participantes em 2016 foram, respectivamente, de R\$ 25.800 (R\$ 24.005 em 2015) e de R\$ 29.125 (R\$ 26.611 em 2015).

Tanto a Associação das Pioneiras Sociais - APS quanto os participantes são responsáveis pelo custeio das despesas administrativas e de manutenção do plano, conforme fixado por ocasião de Avaliação Atuarial, cujo plano de custeio é aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, com anuência da patrocinadora

A Avaliação Atuarial do Benefício Pós-Emprego consiste em dimensionar o compromisso e o respectivo custo atuarial gerado pelo Plano de Benefícios SARAHPREV, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1), para o segundo semestre de 2016, considerando os dados e as informações disponibilizadas, bem como as hipóteses e os parâmetros atuariais definidos pela patrocinadora, consubstanciados nos estudos de Duration do Passivo, previamente dimensionado pela empresa GAMA Consultores Associados, bem como na análise técnica atuarial das demais hipóteses aplicáveis. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e o custo do serviço passado foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

O Plano de Benefícios SARAHPREV, no que se refere aos montantes de obrigações e ativos justos, referentes à patrocinadora, estava assim configurado em 31 de dezembro de 2016:

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações atuariais	(128.872)	(951.951)	(1.080.823)
Ativos justos	272.148	951.951	1.224.099
(Déficit)/superávit	143.276	-	143.276

O total de contribuições normais reconhecidas como despesas no exercício de 2016, pela patrocinadora, montava a R\$ 25.800 da parte CD (R\$ 24.005 em 2015).

b. Resumo de outras informações

O total dos benefícios no mês corresponde a R\$ 1.050 (R\$ 589 em 2015).

O total dos benefícios continuados anual corresponde a R\$ 13.652 (R\$ 7.663 em 2015).

c. Hipóteses e parâmetros atuariais adotados

	31/12/2016	31/12/2015
<i>ij) Considerações gerais sobre as premissas</i>		
As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.		
Base de dados cadastrais foram coletados em	Outubro de 2016	Novembro de 2015
Natureza dos benefícios	Previdenciária	Previdenciária
Responsabilidade pelo financiamento do plano	Patrocinadora, participantes e assistidos	Patrocinadora, participantes e assistidos
<i>ii) Financeiras</i>		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	10,96 % a.a.	14,34 % a.a.
Projeção de aumentos reais salariais médios anual	0,64 % a.a.	0,64% a.a.
Projeção de aumentos reais dos benefícios média anual	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Taxa de inflação média anual	4,97% a.a.	6,64% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	10,96 % a.a.	14,34 % a.a.

iii) Demográficas

Taxa de rotatividade	3,00%	3,00%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M & F Basic	AT 2000 M & F Basic
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M & F Basic	AT 2000 M & F Basic
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	RP 2000 Disable	RP 2000 Disable
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de morbidez	N/A	N/A
Idade de aposentadoria	Primeira Elegibilidade	Primeira Elegibilidade

iv) Principais hipóteses e parâmetros

Taxa de juros de desconto	10,96% a.a.	14,34% a.a.
Crescimento salarial	0,64% a.a.	0,64% a.a.
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos e aposentados	AT 2000 Basic	AT 2000 Basic

d. Valores reconhecidos no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes

	31/12/2016	31/12/2015
Custo de serviço		
Custo de serviço corrente líquido	(4.453)	(1.848)
Custo de juros líquido	8.647	7.233
Custo de juros sobre a obrigação atuarial	(13.861)	(10.002)
Receita de juros sobre o ativo justo	30.517	26.475
Juros sobre o efeito do teto do ativo	(8.009)	(9.240)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	4.194	5.385
Remensurações do plano de benefício definido (responsabilidade da patrocinadora)		
Os ganhos/(perdas) sobre o ativo	36.133	(13.167)
Os ganhos/(perdas) sobre o passivo	(21.218)	(3.870)
Os ganhos/(perdas) atuariais decorrentes de ajuste de experiência	2.331	(17.031)
Os ganhos/(perdas) resultantes de alterações de pressupostos financeiros	(23.549)	13.161
Efeito do teto do ativo/contribuições dos participantes	(14.075)	9.692
Total dos componentes registrado em outros resultados abrangentes	840	(7.345)
Total dos componentes de custo do plano de benefício definido	5.034	(1.960)

O custo do serviço e as despesas com juros líquidos do período estão incluídos na despesa com provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego no resultado do período consolidado. O recálculo do passivo líquido de benefício definido está incluído na demonstração do resultado abrangente como parte de outros resultados abrangentes.

e. Status do fundo e (passivo)/ativo reconhecido

<i>Status do plano de benefícios</i>	31/12/2016	31/12/2015
Valor presente da obrigação atuarial	(128.872)	(98.462)
Valor presente da obrigação atuarial líquida	<u>(128.872)</u>	<u>(98.462)</u>
Valor justo dos ativos do plano no final do período	272.148	214.619
Status do plano de benefícios: (déficit)/superávit	143.276	116.157
Efeito do teto do ativo	<u>(77.940)</u>	<u>(55.855)</u>
Responsabilidade ativo/(passivo) líquido decorrente da obrigação do plano	<u>65.336</u>	<u>60.302</u>
Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no balanço		
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	<u>60.302</u>	<u>62.262</u>
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	4.194	5.385
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	<u>840</u>	<u>(7.345)</u>
(Passivo)/ativo reconhecido no fim do período**	<u>65.336</u>	<u>60.302</u>

***O valor do ativo a ser reconhecido representa o valor presente das contribuições de risco, 1,44% da Folha de Salários Futura, que será de responsabilidade do Fundo Previdencial.*

Apuração do efeito do teto do limite de ativo	31/12/2016	31/12/2015
Valor presente dos benefícios econômicos (Teto)*	<u>65.336</u>	<u>60.302</u>
Efeito da restrição sobre o ativo [Superávit - Teto]	<u>77.940</u>	<u>55.855</u>

* O cálculo do benefício econômico disponível de que trata o item 65 do CPC 33 R1, de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido, considera o valor presente dos fluxos dos benefícios econômicos e a taxa de juros de desconto conforme o item 83 do referido CPC.

f. Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	31/12/2016	31/12/2015
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício*	<u>(98.462)</u>	<u>(89.485)</u>
Custo do serviço corrente	(4.453)	(1.848)
Custo de juros	(13.861)	(10.002)
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(21.218)	(3.870)
Decorrentes de ajuste de experiência	2.331	(17.031)
Decorrentes de alterações premissas financeiras	(23.549)	13.161
Benefícios pagos pelo plano	<u>9.122</u>	<u>6.743</u>
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(128.872)</u>	<u>(98.462)</u>

* *Referente aos participantes e aos assistidos vinculados à patrocinadora do plano.*

g. Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos

	31/12/2016	31/12/2015
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	214.619	208.054
Receita de juros	30.518	26.474
Ganhos/(perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	36.133	(13.166)
Benefícios pagos pelo plano	(9.122)	(6.743)
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	272.148	214.619

16 Partes relacionadas

Foram classificados como partes relacionadas os administradores da Associação e o Fundo de Pensão dos Empregados da Associação das Pioneiras Sociais. Neste contexto, as transações com partes relacionadas — Administradores — estão restritas às remunerações por meio de salários e benefícios (Nota Explicativa nº 13.b).

17 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Entidade possui exposição aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional e a Administração adota política conservadora no processo de gerenciamento desses riscos. Os comentários dos riscos aos quais a Entidade está exposta são apresentados conforme a seguir:

a. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 4, bem como aos créditos orçamentários a receber, descritos na Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado com relação a: i) aplicações financeiras, os recursos estão todos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal; e ii) créditos orçamentários a receber, trata-se de recursos derivados do Orçamento da União, previstos e executados anualmente por força de lei. Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desse ativo.

b. Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentadas na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do CDI, com insignificante margem de alteração.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez está vinculado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. O acompanhamento e a gestão do fluxo de caixa pela área Financeira, que é projetado anualmente, permitem ações preventivas para a análise desta modalidade de risco na Entidade. Além disso, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4, o risco é minimizado pela prática de manutenção de saldo de disponibilidade compatível com a exigência do fluxo operacional da Entidade, evidenciando que a liquidez geral e corrente são positivas, e os recursos financeiros estão prontamente disponíveis e são provenientes da União, sendo a Entidade totalmente dependente dos repasses dos duodécimos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 - Contexto Operacional.

* * *

Lúcia Willadino Braga
Presidente

Flávio Márcio Berçott
Diretor-tesoureiro

Robson Baptista De Moura
Contador
CRC: MG 053.992/O-4T-DF